



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Gabinete do Presidente	11 939
Secretaria-Geral	11 939

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro ...	11 939
Centro de Estudos e Formação Desportiva	11 939
Conselho Superior de Estatística	11 948

Ministério das Finanças

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	11 948
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	11 948
Direcção-Geral dos Impostos	11 948
Inspecção-Geral de Finanças	11 950
Instituto de Informática	11 950

Ministérios das Finanças e da Ciência e do Ensino Superior

Despachos conjuntos	11 950
---------------------------	--------

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro	11 951
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes	11 951
Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional	11 951
Inspecção-Geral da Defesa Nacional	11 951
Marinha	11 951
Exército	11 952

Ministério da Administração Interna

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana	11 952
--	--------

Ministério da Justiça

Directoria Nacional da Polícia Judiciária	11 953
---	--------

Ministério da Economia

Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	11 953
---	--------

Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Gabinete do Ministro	11 953
Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar	11 953
Direcção-Geral das Florestas	11 954
Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste ...	11 954
Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar ...	11 955
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	11 955
Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Inter- venção e Garantia Agrícola	11 955
Instituto da Vinha e do Vinho	11 956

Ministério da Educação

Gabinete da Secretária de Estado da Educação	11 956
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa	11 957
Programa de Desenvolvimento Educacional para Por- tugal	11 958

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato-programa

O período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2003.

Cláusula 3.ª

Obrigações

1 — Compete ao CEFD prestar apoio financeiro à APMD, como comparticipação das despesas de organização do II Congresso Internacional Mulheres e Desporto, no montante de € 5000, para a prossecução do objecto do presente contrato-programa.

2 — Ao segundo outorgante compete diligenciar no sentido de:

2.1 — Apresentar ao CEFD o relatório da formação objecto de comparticipação;

2.2 — Colocar na documentação e suportes de divulgação da formação o logótipo do CEFD, conforme regras previstas no livro de normas gráficas;

2.3 — Enviar uma cópia das actas e ou da documentação de apoio da acção em apreço.

2.4 — Estabelecer uma cota para a participação, na acção, de elementos da Administração Pública.

2.5 — Enviar até ao final do ano de 2003 um artigo versando as temáticas abordadas no Congresso que poderá ser publicado numa das revistas editadas pelo CEFD.

Cláusula 4.ª

Regime da comparticipação financeira

A liquidação da comparticipação financeira é suportada por dotação inscrita na rubrica 04.02.01 A, «Transferências correntes/instituições particulares», do orçamento de investimento do CEFD, sendo disponibilizada num único pagamento, após a entrega do relatório referido no n.º 2.1 da cláusula 3.ª, de acordo com o regime da administração financeira e de tesouraria do Estado.

Cláusula 5.ª

Acompanhamento e controlo do contrato-programa

Compete ao CEFD acompanhar o programa que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao controlo da sua execução, nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 6.ª

Revisão e cessação do contrato-programa

A revisão e a cessação do presente contrato-programa regem-se pelo disposto, respectivamente, nos artigos 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 7.ª

Incumprimento do contrato-programa

O incumprimento do presente contrato-programa ou o desvio dos seus objectivos por parte do segundo outorgante implica a integral devolução da verba referida no n.º 1 da cláusula 3.ª, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

(O presente contrato-programa está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em conformidade com o artigo 74.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro.)

29 de Maio de 2003. — Pelo Primeiro Outorgante, *António Fúza Fraga*. — Pelo Segundo Outorgante, *Maria Isabel Figueiredo Costa Cruz*.

Homologo.

31 de Maio de 2003. — O Secretário de Estado da Juventude e Desportos, *Hermínio José Loureiro Gonçalves*.

Conselho Superior de Estatística

Deliberação n.º 1162/2003. — 258.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística que aprova a Classificação Nacional de Bens e Serviços de 2002. — Considerando as profundas exigências colocadas à produção e difusão de informação estatística oficial pertinente, segundo critérios de grande eficiência, as quais exigem uma forte coesão da rede institucional do Sistema Estatístico Nacional (SEN), de forma a dar uma resposta adequada a todas as necessidades, nacionais e internacionais, de informação;

Considerando o imperativo de intensificar a prática de coordenação do SEN, no domínio dos instrumentos técnico-científicos de normalização, ao nível, nomeadamente, das nomenclaturas;

Considerando as linhas gerais da actividade estatística nacional e respectivas prioridades para o período de 2003 a 2007 aprovadas pelo Conselho Superior de Estatística na 247.ª deliberação de 28 de Janeiro de 2003, as quais estabelecem no seu n.º 63, «Promover a integração dos sistemas de classificação usados pelos fornecedores de informação com os sistemas de conceitos e nomenclaturas do SEN»;

Considerando a 2.ª recomendação do grupo de trabalho do CAE-Rev.2 e nomenclaturas relacionadas, de 28 de Maio de 2003, da qual consta a expressa recomendação de aprovação da Classificação Nacional de Bens e Serviços, passando esta a constituir o novo quadro de bens e serviços a utilizar, no âmbito do SEN, para a produção de estatísticas;

A Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão delibera, na sua reunião de 24 de Junho de 2003, de acordo com as competências previstas no anexo D, n.º 2, alínea e), da 140.ª deliberação do Conselho Superior de Estatística:

1 — Aprovar a proposta de estrutura do Conselho Nacional de Bens e Serviços (*).

2 — Recomendar que a CNBS/2002 seja também adoptada pelas entidades da Administração Pública, em actos ou procedimentos administrativos, sempre que estes sejam passíveis de aproveitamento para fins estatísticos, de forma a potenciar uma redução de custos e uma melhoria da qualidade da informação estatística.

(*) A classificação Nacional de Bens e Serviços de 2002 encontra-se disponível para consulta e aquisição nas instalações do Instituto Nacional de Estatística.

24 de Junho de 2003. — O Presidente da Secção, *Orlando Calíço*. — A Secretária do Conselho Superior de Estatística, *Maria Margarida Lobo da Conceição Madaleno*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 15 351/2003 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 1081/2003, de 30 de Abril, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais:

Licenciado Fernando José Cordeiro Antunes — nomeado representante do Ministério das Finanças na Autoridade Nacional da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (CPAQ), nos termos do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/97, de 25 de Setembro.

23 de Julho de 2003. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 8395/2003 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional de 21 de Julho de 2003:

Maria Manuela Pimentel de Sousa e Menezes — nomeada definitivamente assessora principal, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, precedendo concurso interno de acesso geral, aberto pelo aviso n.º 2165/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Julho de 2003. — O Subdirector-Geral, *Luís Barata*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 8396/2003 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Delego na técnica de administração tributária de nível 1 Amélia de Jesus Reis Simplicio, chefe de finanças-adjunta de nível I e chefe da Secção de Tributação do Património (1.ª Secção) deste serviço de finanças as competências anteriormente delegadas na então chefe de finanças-adjunta de nível I, em regime de substituição, Maria Delfina Ramalinho Gamanho e que foram publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 4 de Junho de 2002, pp. 10 519 a 10 521.

2 — O n.º 6 da referida delegação de competências publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 4 de Junho de 2002, pp. 10 519 a 10 521, passa a ter a seguinte redacção:

«6 — Substituto legal — nas minhas ausências e impedimentos substituir-me-á um dos chefes de finanças-adjuntos, pela ordem seguinte:

1.º João Manuel Pires Aurélio.

2.º José Miguel Nobre Paulista.

3.º Amélia de Jesus Reis Simplicio.»